

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.432 - RS (2019/0255027-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : MONICA CARLA TONIAL  
**ADVOGADOS** : RAFAEL FARIAS MALLMANN - RS082032  
JULIO CESAR PEREIRA DA CUNHA - RS014951  
**RECORRIDO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE DE ALMEIDA - RS043621  
KELI MEDINA MOREIRA - RS052175  
ALEXANDRA VALENZA ROCHA MALAFAIA - PR039314  
DANISLEIA DA ROSA E OUTRO(S) - PR069990  
**INTERES.** : CRISMERI DELFINO CORREA  
**INTERES.** : CM CAPACITACAO EMPRESARIAL LTDA  
**ADVOGADOS** : STEFAN GUIMARÃES EMERIM E OUTRO(S) - RS080361  
JOSE VECCHIO FILHO - RS031437

## EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE/DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. (1) PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE PELA CORTE DE ORIGEM. HIGIDEZ DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. (2) FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA SOBRE A CONDENAÇÃO DA PARTE ADVERSA. BASE DE CÁLCULO PREFERENCIAL À LUZ DO ROL LEGAL. VALIDADE. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

## DECISÃO

MÔNICA CARLA TONIAL (MÔNICA) ajuizou ação declaratória de inexigibilidade/desconstituição de débito cumulada com pedido de indenização por danos extrapatrimoniais contra BANCO ITAÚ S.A. (BANCO), cujos pedidos foram julgados procedentes para declarar a inexistência dos débitos relativos aos contratos n°s 0300907581, 010297059-4, 040762482-4, 043707817-3, 059564174-7 e 025237367-5, bem como condenar a parte ré ao pagamento de indenização por danos morais à autora, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), que deverá ser acrescida de juros legais de 1% ao mês desde a citação e corrigida pelo IGPM a contar desta data, além das custas processuais e honorários advocatícios de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), corrigidos pelo IGP-M, a contar da publicação da sentença e acrescidos de juros legais desde o trânsito em julgado da decisão (e-STJ, fls. 316/322).

Em conexão com a citada ação, CRISMERI DELFINO CORREA e

POSSIBILITÁ CONSULTORIA ORGANIZACIONAL SS/LTDA (CRISMERI e outra) ajuizaram ação declaratória de inexistência de débitos c/c pedido de indenização por danos morais contra ITAÚ UNIBANCO S.A. (UNIBANCO), cujos pedidos foram julgados procedentes em parte para declarar a inexistência dos débitos relativos aos mencionados contratos, bem como condenar a parte ré ao pagamento dos ônus sucumbenciais nos moldes já delineados (e-STJ, fls. 316/322).

Os dois embargos de declaração opostos por CRISMERI e outra, de um lado, e MÔNICA, de outro, foram ambos rejeitados (e-STJ, fls. 341/343).

Irresignadas, CRISMERI e outra, de um lado, e MÔNICA, de outro, interpuseram apelações, que foram providas em parte pelo TJRS em acórdão assim ementado:

*APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FRAUDE COMETIDA POR TERCEIRO. DANO MORAL À PESSOA JURÍDICA. ÔNUS DA PROVA.*

*I. Constatada omissão da sentença quanto a dois dos contratos elencados na inicial, e não havendo controvérsia quanto à inexigibilidade dos valores, cabível a reforma do julgado.*

*II. Em que pese a pessoa jurídica possa sofrer dano moral, a ocorrência de fraude nas contratações, por si só, não caracteriza o dever de indenizar, uma vez que não causa mácula ou descredenciamento do nome da sociedade empresária perante o mercado, senão mero prejuízo patrimonial.*

*III. Da mesma forma, ausente prova da negativação de uma das autoras, não há falar em indenização por dano imaterial.*

*Por outro lado, a inscrição indevida de uma das demandantes em cadastros de inadimplentes caracteriza dano moral puro. Sua reparação deve corresponder à realidade dos fatos concretos, eis que, consabido, tem por escopo compensar os prejuízos da vítima, bem como evitar a prática reiterada dos atos lesivos. Da análise do caso concreto, deve o quantum arbitrado pelo juízo a quo ser mantido.*

*III. Honorários advocatícios redimensionados majorados, com fulcro nos §§ 2º e 8º, do art. 85, do CPC.*

*Apelos parcialmente providos. Unânime (e-STJ, fl. 436).*

Os embargos de declaração opostos por MÔNICA foram acolhidos em parte para sanar erro material referente ao *quantum* indenizatório, que foi mantido pelo TJRS em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) [e-STJ, fls. 473/479].

Os aclaratórios manejados por CRISMERI e outra foram rejeitados (e-STJ, fls. 480/486).

# Superior Tribunal de Justiça

Inconformada, MÔNICA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos seguintes dispositivos legais **(1)** art. 1.022 do NCPC, por considerar que o acórdão recorrido ter-se-ia se quedado omissa quanto a existência do pedido de declaração de negativa de débito mantido perante a instituição financeira recorrida como elemento integrante da base de cálculo da verba honorária a que faria jus; e **(2)** art. 85, § 2º, do NCPC, ao aduzir a necessidade de alteração dos honorários advocatícios fixados por equidade, devendo ser majorado o *quantum* para patamar situado entre 10% e 20% do proveito econômico obtido. Também indicou dissídio jurisprudencial, tendo por paradigmas precedentes dos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e ainda desta Corte Superior.

Em juízo de admissibilidade, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal sul-rio-grandense admitiu o referido apelo nobre (e-STJ, fls. 557/561).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da alegada omissão do acórdão recorrido

Ao contrário do que afirmado nas razões do recurso especial, o TJRS foi claro quanto a base de cálculo dos honorários advocatícios, apreciando, inclusive, a incidência do art. 85, § 2º, do NCPC.

Confira-se:

*Por fim, tangente aos honorários de sucumbência, as autoras postulam a majoração da verba, fixada em R\$ 1.200,00, com fulcro no §8º do art. 85 do NCPC.*

*Nessa senda, com relação à autora Mônica, houve condenação líquida, incidindo o disposto no §2º do art. 85 do NCPC: "Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos".*

*Ressalte-se que o primeiro critério de fixação é o da existência*

# Superior Tribunal de Justiça

*de condenação, devendo este ser observado inicialmente.*

*Assim, em consonância com os vetores do aludido dispositivo legal, considerado o tempo de duração da demanda e o trabalho desenvolvido pelos procuradores da autora, fixo a verba honorária de sucumbência para 20% do valor da condenação atualizada, com relação à autora Mônica Tonial. (e-STJ, fls. 445 e 741)*

Não há como sustentar, portanto, falta de fundamentação ou omissão no enfrentamento do tema.

## (2) Dos honorários advocatícios

Insurgiu-se MÔNICA indicando, em suma, a necessidade de alteração dos honorários advocatícios fixados por equidade, devendo ser majorado o *quantum* para patamar situado entre 10% e 20% do proveito econômico obtido pela parte.

Da transcrição do acórdão recorrido verifica-se a sua divergência com o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ, pois o NCPC instituiu no art. 85, § 2º, regra geral obrigatória no sentido de que os honorários advocatícios devem ser arbitrados sobre o valor da condenação ou do proveito econômico ou, não sendo possível identificá-lo, sobre o valor da causa, sendo que as distintas bases de cálculo da verba foram arroladas em ordem sucessiva, preferindo-se a primeira à segunda e assim sucessivamente.

Confira-se o seguinte precedente da egrégia Segunda Seção desta Corte Superior:

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

*1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.*

*2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda*

# Superior Tribunal de Justiça

*Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).*

*3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.*

*4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art.*

*85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).*

*5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.*

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, DJe 29/3/2019)

Assim, o TJRS fixou os honorários advocatícios com estrita observância à determinação estabelecida no art. 85, § 2º, do NCPC, porquanto estabeleceu a a verba em 20% sobre o valor da condenação.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator

